

# O papel estratégico das agências reguladoras



» GUILHERME VINHAS  
Advogado que atua há mais de 20 anos em temas de direito regulatório, autor do livro Fundamentos da transição energética

O direito internacional, estruturado sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, foi concebido para conter o uso das armas, preservar a soberania dos Estados e promover a paz. A Carta das Nações Unidas e o Conselho de Segurança da ONU refletem essas ideias. No entanto, a eficácia desse sistema depende da adesão voluntária das grandes potências e da existência de freios e contrapesos nos países que a ele aderem. Diante da erosão do multilateralismo e, da mesma forma, da voluntariedade sem freios de líderes do Hemisfério Norte, tais mecanismos vêm se mostrando incapazes de impedir iniciativas unilaterais de Estados militarmente dominantes, quando interesses estratégicos estão em jogo. Há algum tempo, a ONU vem se tornando apenas um prédio em Nova Iorque de fascinante arquitetura.

Se olharmos para trás, a Guerra do Iraque, liderada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, foi motivada pela versão, posteriormente desacreditada, de que o regime de Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa. O país foi destruído, e empresas contratadas pelo governo americano enriqueceram com a reconstrução da infraestrutura, especialmente no setor de petróleo e gás natural. A invasão da Ucrânia pela Rússia é um outro exemplo recente do absoluto desrespeito ao direito internacional.

Neste início de 2026, tivemos a invasão da Venezuela pelos Estados Unidos. Alguns dias após a captura do ditador Nicolás Maduro, o governo americano

anunciou que exercerá absoluto controle sobre a produção e a comercialização do petróleo venezuelano como parte de um plano (não divulgado) para a reconstrução do país. A ausência de um regime democrático na Venezuela não parece ser um problema, se os Estados Unidos puderem gerir as maiores reservas de petróleo do planeta.

Nessa toada, dizer que 2026 será um ano desafiador para a geopolítica global é um polido eufemismo. O governo dos Estados Unidos vem, ainda, insistindo na anexação da Groenlândia, o que implodiria a Otan. A invasão da Ucrânia pela Rússia parece distante de um fim, enquanto paira o temor de novas incursões russas pelo território europeu.

Os países que não dispõem de forças armadas capazes de fazer frente às superpotências precisam refletir sobre alternativas não militares de dissuasão, entre elas o livre mercado e a interdependência econômica.

O professor de relações internacionais Richard Newton Rosecrance argumenta que Estados profundamente integrados ao comércio global passam a buscar poder e prosperidade por meios econômicos, e não militares, dado que “o Estado que promove o comércio tem muito mais a perder do que a ganhar com a conquista territorial” (*The Rise of the Trading State, 1986*). Da mesma forma, segundo o professor de ciências políticas Erik Gartzke, “a abertura econômica e a integração no mercado de capitais exercem um forte efeito pacificador nas relações internacionais” (*The Capitalist Peace, 2007*). Tais opiniões evidenciam que, em economias interdependentes e integradas às cadeias globais de valor, os custos sistêmicos da guerra superam eventuais ganhos territoriais ou de apropriação de recursos naturais.

Quando commodities estratégicas, como o petróleo e as “terras raras”, são acessadas por meio de mercados com regras claras, justas e estáveis, a lógica da força tende a ser substituída pela lógica do preço, da competição e do investimento.

O Brasil não possui arsenal nuclear e está longe de

prover orçamento generoso às suas Forças Armadas, mas, por outro lado, é um grande produtor de commodities essenciais aos países do Hemisfério Norte. Em um cenário de razoável racionalidade econômica, a sua maior defesa às investidas de grandes potências militares é justamente o livre mercado.

O modelo brasileiro para contratar a exploração e produção de petróleo e gás natural é um bom paradigma. Vejamos.

O regime de concessão e a partilha de produção — os dois modelos de contratação para a exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil — estabelecem um equilíbrio justo entre investimentos, riscos, lucros e benefícios percebidos pela sociedade civil. Em 2024, somente a Petrobras foi responsável pelo pagamento de cerca de R\$ 270 bilhões em tributos e participações governamentais (royalties e participações especiais) para a União, estados e municípios.

Como resultado dos sistemáticos leilões para a contratação da exploração e produção de petróleo promovidos pela ANP, empresas de capital americano e chinês, por exemplo, operam simultaneamente no país, tendo competido em igualdade de condições para obter os seus contratos.

Esse modelo demonstra como o livre mercado e uma regulação bem desenhada podem funcionar não apenas como instrumentos de desenvolvimento econômico, mas também como mecanismos indiretos de preservação da paz.

O investimento do governo nas agências reguladoras, portanto, não é apenas desejável, mas estratégico. Agências técnicas e independentes reduzem incertezas, desestimulam comportamentos oportunistas e transformam ativos estratégicos em instrumentos de mercado capazes de atrair investimentos de longo prazo.

O Brasil não adotou o modelo do Estado Regulador com o objetivo de mitigar o risco de agressões externas, mas não é exagero afirmar que esse efeito off label é um vetor relevante para a defesa da sua soberania.

# Feminicídio: um crime evitável



» CIDA GONÇALVES  
Ex-ministra das Mulheres

Entre dados alarmantes, misoginia nas redes e dificuldades na rede de proteção, o país ainda enfrenta enormes desafios para garantir às mulheres o direito de viver.

O feminicídio tem se tornado uma tragédia nesta última década. É preciso perguntar por que isso está acontecendo. O movimento de mulheres e feministas há séculos denuncia a violência contra a mulher como um problema social grave no mundo e no país. Porém, sempre foi tratado como “mimimi” ou “coisinha de mulheres”, com pouca consideração por parte das autoridades públicas, dos meios de comunicação ou da própria sociedade.

Os dados nos mostram a epidemia que vivemos. Segundo o Ministério da Justiça, em 2025 foram registrados 1.470 feminicídios, o maior número desde que a Lei 13.104/2015, que tipificou o feminicídio no Brasil, foi sancionada.

O portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Pannel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, mostra que, somente no ano de 2025, foram registrados 1.107.717 novos processos relacionados à violência contra mulheres que chegaram ao Judiciário, sendo 621.202 medidas protetivas de urgência concedidas.

Segundo pesquisa do DataSenado, 3,7 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência em 2025. Dessas, 71% são agredidas na frente de outras pessoas; em 40% dos casos, as testemunhas são adultos presentes que não oferecem ajuda. Ainda segundo a pesquisa, 57% buscaram apoio familiar, 53% na Igreja, 52% entre amigos, 28% ligaram para a Polícia Militar, 28% registraram denúncia na Delegacia da Mulher e 11% acionaram o 180.

Estamos nos perguntando todos os dias por que a violência contra a mulher continua aumentando. Parte da resposta pode ser encontrada em outra pesquisa realizada pela NetLab e pelo Ministério das Mulheres, em 2024. O estudo avaliou 76.289 vídeos publicados no YouTube, que somam cerca de 4,1 bilhões de visualizações.

Dentro desse universo, foram analisados 7.812 canais específicos, que, juntos, acumulam aproximadamente 23 milhões de visualizações. O que os dados mostram é preocupante: 137 canais possuem conteúdo misógino, que expressa desprezo pelas mulheres; 89 canais atacam diretamente as feministas. O que se torna ainda mais grave é que 80% desses canais ou vídeos recebem algum tipo de monetização. Ou seja: o ódio contra as mulheres dá lucro.

Para além do ódio que se propaga cotidianamente contra as mulheres, uma das formas cruéis do patriarcado é desacreditar na fala da mulher. Esse tem sido um dos grandes desafios no enfrentamento à violência contra a mulher: o descaso, as piadas, os julgamentos e, principalmente, o tratamento de infantilização que torna a mulher incapaz.

Isso tem sido prática no dia a dia de todas as mulheres, mas, para aquelas em situação de violência, torna-se ainda mais grave. Perguntas como: “Tem certeza?”, “Você sabe que ele vai ser preso, né?” e “O que você fez?” são frequentes nos espaços de atendimento, inclusive nos especializados. Nesses momentos, a pergunta vira sentença, e a palavra da mulher, sua dor e o medo que ela superou para chegar até ali acabam desvalorizados. Isso acontece em vários espaços de convivência e comunicação: na mídia, nas redes sociais, entre amigos, na escola, entre outros. Muitas vezes, não se aceita a palavra da mulher como verdade. É como se fosse algo menor ou vitimismo, algo que não merece crédito. O resultado é que cada vez mais mulheres se isolam e deixam de acreditar que seus direitos serão respeitados, seja pelas instituições, seja pelas pessoas.

O Brasil é um dos países com legislação mais avançada na garantia dos direitos das mulheres e no enfrentamento à violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é uma das mais conhecidas, tanto no país quanto no mundo. No entanto, ainda temos dificuldades em sua implementação.

O grande desafio é garantir espaços de atendimento e acolhimento. Um grande número de municípios hoje não tem sequer um serviço especializado de atendimento à mulher. Segundo o Pannel da Rede de Atendimento do 180, existem 2.617 serviços de atendimento no país. É importante salientar, porém, que a maioria se concentra nas capitais e nos grandes municípios.

Considerando a realidade do preconceito, da descrença na fala da mulher, da falta de serviços especializados e da ausência de Secretarias de Mulheres com poder institucional nos municípios, o enfrentamento à violência contra a mulher continua sendo um grande desafio.

É necessário mais do que discurso. É preciso compromisso, responsabilidade e orçamento público para garantir o direito das mulheres de viver.



# Em ano eleitoral, estratégia separa candidatos de figurantes



» MICHEL MEDEIROS  
Jornalista, coordenador de comunicação na Câmara Legislativa do Distrito Federal e especialista em comunicação governamental e marketing político

Nos próximos dias, chegam ao fim dois prazos decisivos do calendário eleitoral: a janela partidária, que autoriza parlamentares do Legislativo a mudarem de partido sem risco de infidelidade, e a data-limite para desincompatibilização, quando ocupantes de cargos públicos que pretendem disputar o pleito devem deixar seus postos. As regras são estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Por trás dessas datas, que vão muito além de marcos formais, existe uma complexa engenharia. Ao longo de meses, estrategistas se debruçam sobre cenários, cálculos e projeções. Em uma disputa, qualquer passo em falso pode custar caro. Muitas vezes, o mandato.

No Distrito Federal, embora os principais cabeças de chapa já tenham assegurado espaço em legendas, ainda há incerteza. Nomes fortes da política local, especialmente ex-mandatários, seguem em busca da nominata mais competitiva, ampliando as chances de retorno ao Legislativo. Esse cenário deve empurrar decisões para o limite do prazo, transformando o dia 3 de abril em ponto de inflexão. A equação eleitoral está longe de ser simples.

Nos grandes partidos ou federações, o objetivo é maximizar cadeiras. Na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), legendas competitivas costumam

conquistar entre três e quatro cadeiras. Para isso, investem em “puxadores de votos”, que, no sistema proporcional, além de se elegerem, contribuem para o quociente eleitoral e ampliam as chances dos demais. MDB, PT e PL são especialistas nesse cálculo.

Na outra ponta, estão os partidos menores, “naniços”, muitas vezes reorganizados a cada ciclo eleitoral. Neles, a estratégia é garantir uma ou, no máximo, duas vagas. As nominatas favorecem um candidato competitivo — que, neste ano, terá de ultrapassar os 25 mil votos — enquanto outros nomes ajudam a compor o desempenho coletivo.

Esses candidatos, em geral bem relacionados com lideranças comunitárias ou categorias, dificilmente conquistam vaga, mas valem ouro. Seu capital político contribui para o desempenho da chapa e pode abrir espaço em futuras composições, como secretarias, administrações regionais ou cargos em empresas públicas. Perder não significa, necessariamente, sair derrotado. Quando bem articulados, esses movimentos também ampliam as chances no pleito seguinte. Afinal, na corrida eleitoral, espaço e visibilidade são ativos primordiais.

Mesmo em cenários aparentemente consolidados, qualquer alteração na janela partidária provoca recontagem de forças. A escolha da legenda, que deveria ser estratégica, muitas vezes é guiada por movimentos de última hora. E a apreensão não se restringe a quem pretende mudar de partido.

Na Câmara Legislativa ou no Palácio do Buriti, cada rumor sobre a chegada de um nome de peso a uma sigla gera desconforto. Quem já tem mandato ou aparece bem posicionado teme perder espaço. No sistema proporcional, não basta ser competitivo; é preciso estar bem ranqueado. Ao contrário do futebol, em

elencos políticos estrelados, os grandes nem sempre são bem-vindos. Ninguém quer servir de escada para a eleição de um adversário.

Paralelamente, o prazo de desincompatibilização intensifica as movimentações, com todos de olho no Diário Oficial. No DF, uma das saídas mais aguardadas foi a do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB), que deixou o cargo no sábado, dia 28, em meio às comemorações pelos 55 anos de Ceilândia, um dos maiores colégios eleitorais da capital.

Apesar dos movimentos para manter tranquilidade aparente, o céu não está para brigadeiro. A vaga ao Senado, antes dada como praticamente assegurada ao ex-chefe do Executivo, tornou-se incerta. O escândalo envolvendo o Banco Master abalou alianças importantes, como a relação com o PL. No DF, o partido, sob o comando de Bia Kicis, rompeu com Ibaneis e lançou candidatura própria ao Senado, ao lado de Michelle Bolsonaro, que lidera as pesquisas.

O efeito se espalha pela base do emedebista. Secretários e administradores que deixam cargos para disputar as eleições enfrentam maior incerteza. A dúvida sobre o peso político do ex-governador provoca rearranjos nas nominatas e interfere diretamente na dinâmica da janela partidária.

No tabuleiro do xadrez eleitoral, cada movimento exige cálculo e precisão. Não há espaço para improviso, até os imprevistos precisam ser considerados. Em um cenário volátil, a diferença entre vitória e derrota pode estar nos detalhes. Ao fim desses prazos, mais do que definir filiações ou afastamentos, estará em jogo o desenho real das forças que disputarão 2026 — e quem soube jogar melhor com o tempo, a articulação e o risco. Em ano eleitoral, estratégia separa candidatos de figurantes.